



7.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Cultura, Educação, Juventude e Desporto


PARECER sobre a PROPOSTA n.º 632/2015

(Integração do Município de Lisboa na ARTEMREDE – Teatros Associados)

Em sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta n.º 632/2015 e da sua remessa pela Sr.ª Presidente da Assembleia à Comissão Permanente de Cultura, Educação Juventude e Desporto, deliberou esta 7.ª Comissão, nos termos regimentais, emitir o seu Parecer, como segue.


I – CONSIDERANDOS


1. A Câmara Municipal de Lisboa submeteu à Assembleia a Proposta em epígrafe que se consubstancia na adesão do Município de Lisboa à ARTEMREDE – Teatros Associados que tem a natureza de Associação de direito privado, sem fins lucrativos.
2. Pela conjugação do disposto nas al.ªs e) e p) do n.º 2 do art.º 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12SET, com o previsto na al.ª k) do n.º 2 do art.º 25.º do mesmo Regime Jurídico das Autarquias Locais que trata das competências da Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal, constituem atribuições do Município de Lisboa as acções no âmbito do Património, Cultura e Ciência, assim como na Cooperação Externa, detendo a Assembleia Municipal competências na sua apreciação e fiscalização, pronunciando-se e deliberando sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município.

- 
3. A Proposta refere, como condição à adesão do Município de Lisboa à ARTEMREDE, a existência de uma quota anual no montante máximo de Euros 18 000,00, com pagamento a partir do ano de 2016, estando anexos à Proposta os Estatutos da Associação, assim como o designado Regulamento de Quotas e também a Acta n.º 13/2015 de 24SET15, onde consta nos Pontos 1. e 2., a apresentação, discussão e votação da proposta de alteração dos Estatutos e nos Pontos 3. e 4., a apresentação, discussão e votação do Regulamento de Quotas.
 4. A Parte deliberativa da Proposta consiste na submissão à Assembleia Municipal da integração do Município na ARTEMREDE, bem como a aceitação dos seus Estatutos e a designação do actual Director Municipal de Cultura como seu Representante na Associação.
 5. Nos documentos da Proposta não se inclui qualquer transcrição da sua discussão em sede de Câmara, pelo que as dúvidas que eventualmente fossem suscitadas na sua apreciação, não poderiam ser dissipadas por essa via.
 6. Acresce que a Acta n.º 13/2015 refere explicitamente um Plano Estratégico e uma Carta de Compromissos, também não incluídos nos documentos remetidos à 7.ª Comissão, admitindo-se que tais instrumentos incluam informações que, por essa outra via, eliminem quaisquer dúvidas na apreciação desta Proposta, o que a sua ausência não permite.

II – DESENVOLVIMENTO

1. A ARTEMREDE é uma associação sem fins lucrativos com sede em Santarém, referindo os Considerandos da Proposta ter sido constituída em 2005 na sequência de estudos promovidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e da qual fazem parte, à data, treze Municípios: Abrantes, Alcanena, Alcobaça, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Oeiras, Palmela, Santarém, Sesimbra, Sobral do Monte Agraço e Tomar.

- 
2. A Associação tem como objecto, promover a qualificação e desenvolvimento dos territórios onde actua, valorizando o papel dos teatros e outros espaços culturais enquanto polos dinamizadores e promotores das artes e da cidadania.
 3. Os Considerandos da Proposta, baseando-se no Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 que, como referido não constou dos documentos recebidos, acrescentam que esse Plano assenta em seis eixos estruturantes, a saber: (i) Território; (ii) Política; (iii) Artes; (iv) Conhecimento; (v) Cooperação; (vi) Sustentabilidade, sobre os quais se estabeleceram dez prioridades estratégicas: (1) Inscrever a cultura no centro das políticas governativas; (2) Integrar estratégias de desenvolvimento territorial local; (3) Qualificar a actividade cultural do Associados; (4) Reforçar os laços da cultura e das artes com o território e a população; (5) Abrir a Associação ao exterior e crescer de forma criteriosa e governável; (6) Garantir a estabilidade económica da ARTEMREDE; (7) Melhorar a *governança* e o pensamento estratégico; (8) Implementar uma estratégia de comunicação mais ágil, acessível e de notoriedade; (9) Desenvolver iniciativas de formação especializada e de aprendizagem contínua; (10) Desencadear o processo de internacionalização.
 4. A Proposta refere que a concretização dessas prioridades, contribuirá para a consolidação cultural da cidade e que a sua integração na Associação é de interesse municipal, não só pela participação numa rede de cooperação inter-concelhia, mas também pela qualificação e aumento da oferta de programação e desenvolvimento da comunidade artística, potenciando o seu envolvimento e estimulando a experimentação, o pensamento crítico, o conhecimento e aproximação às artes e o reforço da participação dos agentes culturais.
 5. Afirma ainda que o interesse do município em aderir à Associação, reside também no desenvolvimento da criação artística e da formação de técnicos em áreas de programação e mediação cultural, reconhecendo a cultura como factor de desenvolvimento territorial.
 6. A adesão do Município como membro efectivo da ARTEMREDE, implica uma quotização anual de 18 000,00 €, a despender a partir de 2016, acrescido dos custos relacionados com a adopção de 1 ou mais Módulos de Programação, cada com o custo de 7 000,00 €, resultando num desembolso mínimo anual de 25 000,00 €.

- 
5. Entende-se suficiente essa mesma justificação, embora reste por esclarecer o mecanismo de funcionamento dos Módulos de Programação e a metodologia de sua subscrição no desenvolvimento das actividades sociais que constituem precisamente o objectivo e intenção da existência e permanência dessa Associação.
 6. O facto releva porém de competências próprias da Câmara Municipal o que não obsta portanto a uma tomada de posição fundamentada por esta Comissão quanto às virtualidades da Proposta.

IV – CONCLUSÕES e RECOMENDAÇÕES

Dos factos apurados e inscritos na Proposta e nos Estatutos anexos e demais documentação, deve concluir-se que:

1. Em sede de reunião de Câmara, a presente Proposta mereceu a aprovação unânime das diferentes forças políticas representadas;
2. Os elementos constitutivos da Proposta são suficientes para sua cabal apreciação.

Consequentemente, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que:

1. As Propostas que venham a subir à Assembleia Municipal de Lisboa sejam redigidas com clareza de significado e de expressão, sendo o objecto e as condicionantes das Propostas completamente definidos/as e directamente extraíveis dos documentos e seus Anexos;
2. Sejam remetidos à Assembleia Municipal de Lisboa com periodicidade anual os resultados do cumprimento pelo município de Lisboa dos sucessivos Planos Estratégicos da Associação ARTEMREDE.

A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento, com as alterações ditadas pelas circunstâncias referidas no presente Parecer.

III – APRECIACÃO

1. Os Art.ºs 3.º e 4.º dos Estatutos são bem mais claros para a compreensão da Proposta do que os seus Considerandos e proposições, especificando que a Associação deverá: (1) Promover a articulação e a comunicação entre as entidades que a integram e os agentes culturais, sociais e económicos que intervêm nos domínios das artes do espectáculo; (2) Fomentar a formação de públicos no âmbito dessas artes; (3) Garantir a qualificação e potenciar as dinâmicas e as práticas de gestão dos recursos artísticos, locais e regionais; (4) Estimular a cooperação entre os seus membros e entidades de ensino e investigação, produção artística e centros de formação, com divulgação dessas artes; (5) Assegurar a projecção externa dos seus membros.
2. Os principais âmbitos de acção da Associação consistirão em: (1) Realização de projectos de co-produção; (2) Aquisição conjunta e circulação de espectáculos e outros eventos; (3) Angariação de apoios financeiros; (4) Comunicação conjunta de actividades; (5) Realização de estudos e acções de formação e de desenvolvimento de competências; (6) Realização de actividades de sensibilização e difusão; (7) Partilha de informação relevante para a actividade dos membros e gestão de sistemas de informação comuns; (8) Outras actividades como necessárias à prossecução dos seus fins.
3. Se bem que clarificadoras, estas disposições não explicitam a forma como esses objectivos serão alcançados, pelo que a Câmara Municipal veio a informar ter já anteriormente enviado soma de documentação, com a seguinte titulação:
 - i) Orientações Estratégicas 2015-2020;
 - ii) ARTEMREDE – Quem Somos;
 - iii) Carta de Compromissos 11DEZ2015;
 - iv) Plano Estratégico e Operacional 2015-2020.
4. Considerando poderem ainda não serem suficientes as informações prestadas para análise dos méritos da Proposta, veio a Sra. Vereadora Catarina Vaz Pinto em 13JAN16, complementar a justificação, pelo documento *designado* ***Porque deve o Município de Lisboa aderir à Associação ARTEMREDE.***

IV – ANEXOS

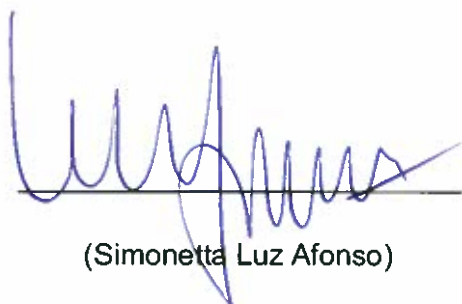
O signatário considerou desnecessária a junção a este Parecer de quaisquer outros documentos ou elementos adicionais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado ou Grupo Municipal.

O presente Parecer foi APROVADO pela Unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes na/à 7.ª Comissão Permanente, reservando estes para Plenário a expressão do seu sentido de voto.

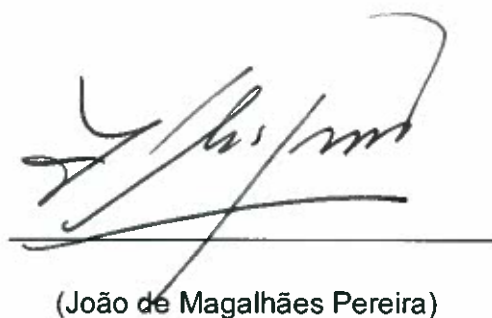
Assembleia Municipal de Lisboa, 28 de Janeiro de 2016

A Presidente da 7.ª Comissão

O Deputado Substituto-Relator



(Simonetta Luz Afonso)



(João de Magalhães Pereira)